

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2009 - NÚMERO QUARENTA E DOIS:-----

Aos trinta e um dias do mês de Agosto do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Alpiarça, Edifício dos Paços do Município, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, no Auditório da Câmara Municipal, compareceram os senhores: Vanda Cristina Lopes Nunes, Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça, Mário Fernando Atracado Pereira, José Carlos Viegas Ferreirinha, Mário Manuel Pereira Peixinho e Luís Filipe Silva Garrotes, Vereadores.-----

A reunião foi aberta pela Senhora Presidente da Câmara, eram dezassete horas e trinta minutos.-----

MOVIMENTO DE FUNDOS:-----

Foi verificado o movimento de fundos pelo Resumo Diário da Tesouraria número cento e sessenta e três, datado de vinte e oito de Agosto de dois mil e nove, que acusa um saldo disponível de um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e seis euros e trinta e quatro cêntimos.-----

ACTAS:-----

Por solicitação do Vereador Mário Pereira a apreciação e votação da acta da reunião de Câmara de 19 de Agosto de 2009, passou para a próxima reunião.-----

ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

O Vereador Mário Pereira começou por colocar duas questões. A primeira tinha que ver com a Vala de Alpiarça que, segundo anunciam alguns cartazes, será objecto de intervenção para assegurar a sua limpeza. O Vereador pretendia conhecer que intervenções estavam previstas e quando começariam. A segunda questão referia-se ao dossier sobre a candidatura da cultura avieira a património municipal, assunto que tinha ficado pendente na última reunião e que o Vereador desejava conhecer, bem como o motivo da desistência da Câmara de Alpiarça de participar neste projecto. O Vereador tinha ainda outra questão, mas optou por adiá-la para a próxima reunião por não ter reunido ainda os dados suficientes para a sua apresentação, mas não sem antes expor sucintamente o seu teor. Tratava-se das facturas emitidas pelas Águas do Ribatejo que, segundo o Vereador, têm sido emitidas com valores bastante elevados e não respeitando uma periodicidade regular, sendo que existiam facturas referentes a alguns dias de utilização do serviço e outras que juntavam dois meses de facturação.-----

A Presidente começou por responder a esta última questão, explicando que como a facturação está a ser feita parcialmente, o facto de se juntarem na mesma factura mais do que um mês tem como consequência o aumento dos escalões. Revelou a sua preocupação relativamente a essa questão e a sua intenção de apresentá-la às Águas do Ribatejo, comprometendo-se a trazer o assunto à próxima reunião de Câmara. Acrescentou que esta situação é destituída de fundamento legal e, nessa medida, o assunto terá de ser revisto pela empresa.-----

Em relação à candidatura da cultura avieira do Concelho a património municipal, a Presidente começou por explicar que esse assunto foi seguido por um funcionário da Autarquia, o Dr. Jorge Gonçalves, que entretanto deixou de prestar serviços para a Câmara. Explicou ainda que pediu para lhe fazerem chegar toda a documentação relativa a este processo e revelou estar na posse da correspondência mais recente. No entanto, tendo em conta que este é um processo muito antigo ainda não conseguiu reunir toda a informação necessária para apresentar o assunto. Nessa medida, a Presidente pediu mais uns dias para reunir todo o processo de maneira a poder apresentá-lo convenientemente. Comprometeu-se a trazê-lo na próxima reunião de Câmara.-----

No que toca à limpeza da Vala de Alpiarça, a Presidente explicou que a Câmara tentou fazer a limpeza pelos próprios meios, com uma máquina que foi cedida pela Câmara da Golegã, mas que esse método se revelou ineficaz, já que só permite uma limpeza em superfície e a Vala necessita de uma limpeza em profundidade. Assim, a Autarquia decidiu fazer uma consulta à Associação de Regantes e essa consulta permitiu discriminar que tipo de limpeza a Vala precisa. Pelo que passou a palavra ao Vereador Ferreirinha que leu a missiva que discrimina os procedimentos a serem seguidos para a limpeza da Vala. O Vereador informou que o orçamento já foi pedido e já se procedeu à requisição, sendo que o processo se encontra em fase de ajustes.-----

A Presidente retomou a palavra voltando à questão levantada na última reunião de Câmara sobre os subsídios ao Rancho Folclórico da Casa do Povo de Alpiarça. A Presidente apresentou o pedido feito por esta associação em Junho de 2009 e explicou que os subsídios atribuídos são os habituais, para além dos transportes que a Câmara faculta ao Rancho Folclórico. Mais informou que, relativamente ao ano de 2008, não existe nenhum apoio em atraso. Os únicos apoios em atraso são os destinados à Feira do Vinho, no valor de 500€ e do Festival, no valor de 1.000€. Quanto ao pedido de Junho de 2009, o apoio solicitado será concedido no mês de Setembro.-----

Posto o que a Presidente anunciou com muito agrado pessoal a apresentação de uma proposta apresentada ao Ministério da Administração Interna, na pessoa do seu Secretário de Estado, que equaciona a recuperação e requalificação do edifício onde funciona actualmente o posto da GNR, no sentido de passar a albergar condignamente esta instituição e possibilitar uma melhoria da prestação deste serviço público. Para tal a Presidente convidou a estar presente nesta sessão a Presidente da Assembleia Municipal e o Comandante local da GNR, pessoas que acompanharam de perto este processo.-----

O edifício em causa é um edifício histórico onde já funcionaram os Paços do Concelho, a Biblioteca Municipal e, mais recentemente, os serviços culturais e educativos do Município. Desde 1952 que este edifício alberga também o posto da

GNR. Trata-se, portanto, de um edifício praticamente desocupado (à excepção de dois gabinetes que ainda lá funcionam) e que carece de requalificação numa lógica de salvaguarda do património histórico do Município, tanto mais que este edifício se liga directamente à história de luta antifascista do povo de Alpiarça, pois nele se encontravam, por exemplo, os calabouços destinados aos dissidentes do regime.-----

A Presidente explicou que esta é uma ideia que tem vindo a ser trabalhada com a ajuda do Comandante da GNR, que apresentou a relação dos equipamentos e intervenções necessárias ao bom funcionamento da instituição que dirige.-----

Na manhã do dia desta sessão, a Presidente reuniu com o Secretário de Estado da Administração Interna, a quem apresentou o projecto que foi, segundo revelou, recebido com bastante receptividade.-----

A necessidade desta requalificação há muito que é sentida, tendo sido equacionadas várias soluções que as conjunturas ao longo dos anos não permitiram concretizar. É por isso que a Presidente se regozija com esta proposta e a receptividade com que foi acolhida.-----

A Presidente reafirmou que não existem ainda confirmações, mas, caso exista acordo quanto a esta matéria, naturalmente que ela deverá ser formalizada através de protocolo com a Administração Interna e de um contrato que servirá de base à cedência temporária deste edifício até que, posteriormente, se possa equacionar então uma outra solução.-----

Voltou a afirmar que esta lhe parece a solução certa para o Município, neste momento, porque se requalificaria um edifício importante para o Concelho e se responderia de imediato a uma necessidade há muito sentida, sendo que daí resultaria uma melhor prestação do serviço a que se destina.-----

O Vereador Mário Pereira questionou se se tratava de uma proposta imediata a ser objecto de deliberação camarária.-----

Ao que a Presidente respondeu negativamente, dado que se trata de uma proposta apresentada à Administração Interna. Numa próxima reunião de Câmara a Presidente trará então a resposta formal do Ministério e então se procederá à votação da mesma.-----

O Vereador Mário Pereira interveio manifestando o seu acordo em relação à premência da necessidade de resolver este problema, dado tratar-se de uma aspiração relativamente antiga que, contudo, tem sido sempre apresentada em função de um novo quartel da GNR, nunca tendo sido sequer equacionada outra possibilidade. Foi esta uma preocupação que motivou algumas iniciativas por parte da CDU, iniciativas essas que inclusivamente passaram pela Assembleia Municipal. Nesse sentido, qualquer que seja a resolução, será sempre um passo importante na necessidade de colmatar um problema que existe. Já quanto ao edifício, o Vereador concorda igualmente com a necessidade de remodelação, quer seja protagonizada pela Câmara quer se trate de uma parceria com outra entidade. No entanto, o

Vereador considera que ainda se poderão equacionar outras soluções. Por isso mesmo, o Vereador afirmou que neste momento e sem prévia análise do projecto não se encontrariam em condições de tomar uma posição. Não obstante, os vereadores da CDU estão dispostos a discutir a proposta.-----

A Presidente agradeceu seguidamente a presença do Comandante da GNR e da Presidente da Assembleia Municipal, com os quais partilhou este anúncio.-----

A Presidente da Assembleia Municipal interveio manifestando a sua satisfação pelo que foi anunciado, o qual, segundo disse, junta o útil ao agradável, na medida em que dignificaria o exercício das funções desempenhadas pelos militares da GNR ao mesmo tempo que requalificaria um edifício com a importância que este tem para os Alpiarcenses.-----

ORDEM DO DIA:-----

EXPEDIENTE:-----

FOI APRECIADO O SEGUINTE EXPEDIENTE:-----

VÁRIOS:-----

- Museu do Douro – Agradecimento à Câmara pelo contributo na realização da exposição “O Universo de Rafael Bordalo Pinheiro. Da caricatura à cerâmica”. Para conhecimento.-----

Tomou-se conhecimento do agradecimento por parte do Museu do Douro, onde estão expostas peças do Museu de Alpiarça.-----

- Agrupamento de Escolas de José Relvas de Alpiarça – Relatório Final de Actividades do Projecto de Intervenção Primária em Contexto Escolar. Agradecimento à Câmara pela participação nos Projectos: “Conversas com Pais” e “Projecto de Mentoria – Uma Mão para a Solução”. Para conhecimento.-----

Tomou-se conhecimento do agradecimento do agrupamento à Autarquia.-----

ACÇÃO SOCIAL:-----

- Auxílios Económicos – Informação Interna do Gabinete de Acção Social, datada de 31 de Julho de 2009. Ratificação do despacho da Senhora Presidente da Câmara de 17/08/2009.-----

Deliberado por unanimidade ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara exarado no referido documento em 17/08/2009.-----

OBRAS:-----

- Empreitada: Remodelação e Beneficiação da Casa dos Patudos – Museu de Alpiarça – Erros e Omissões do Projecto. Informação Interna do S.T.O. de 24 de Agosto de 2009.-----

O Vereador Ferreirinha esclareceu que esta questão surge de uma exigência do tribunal de contas, tal como mencionado na referida informação do Serviço Técnico de Obras.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho ratificar a listagem de erros e omissões, devidamente validada pelos

projectistas.-----

- Requalificação do Largo Vasco da Gama em Alpiarça – Análise das Propostas -
Relatório Final.-----

O Vereador Ferreirinha apresentou o assunto, explicando que uma vez que não
houve reclamações elaborou-se o relatório final, que vem agora para aprovação.---

Deliberado por unanimidade concordar com o presente relatório final. Dar
andamento ao assunto.-----

- Iluminação Pública – Arranjos Exteriores para a Área Frontal à Zona Industrial de
Alpiarça – Projecto de Decisão de Adjudicação.-----

O Vereador Ferreirinha apresentou este assunto.-----

O Vereador Mário Pereira referiu que não lhe parece que a situação seja tão urgente
que justifique o convite directo a uma só empresa, deveria ser aberto concurso com
convite a outras empresas da região.-----

O Vereador Mário Peixinho referiu que se para a construção da “Loja dos Patudos”
se convidou três empresas, então para este projecto faz todo o sentido que se
convidem outras empresas.-----

A Presidente informou que é urgente finalizar o projecto, pois trata-se de fundos
comunitários e há prazos que tem de ser cumpridos. Referiu também que a
empresa convidada é a única no Concelho em condições para concorrer.-----

O Vereador Mário Pereira disse que o interesse da Câmara é adjudicar à melhor
proposta e que isso não se consegue aferir com convite a uma única empresa, daí
que se deveria convidar outras empresas da região.-----

A Presidente esclareceu que, cumprindo um pressuposto anterior, convidámos a
única empresa do ramo que existe no Concelho de Alpiarça.-----

Por proposta dos Vereadores da CDU, foi deliberado por unanimidade convidar
outras empresas da região, uma vez que esta é a única existente no Concelho de
Alpiarça. Dar andamento ao assunto.-----

- Proposta de Edital para venda do lote de terreno nº 7, na urbanização sita na rua
Mário João Grazina Feliciano.-----

O Vereador Ferreirinha apresentou este assunto, referindo que surgiu interesse por
parte de um munícipe em comprar um lote no referido loteamento.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o teor da presente proposta de Edital.
Dar andamento ao assunto.-----

- MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – Alteração nº. 11.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário
Peixinho, ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara exarado no
documento em 24/08/2009.-----

MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – Alteração nº 10.-----

Deliberado por maioria com duas abstenções dos Vereadores Mário Pereira e Mário
Peixinho, ratificar o despacho da Senhora Presidente da Câmara exarado no

documento em 24/08/2009.-----

FORA DA ORDEM DO DIA:-----

A Senhora Presidente da Câmara colocou à consideração a apreciação e votação de um assunto que não fazia parte da Ordem do Dia, mas que pelo seu carácter de urgência deveria ser apreciado, com o qual os Vereadores Mário Pereira e Mário Peixinho concordaram.-----

- Proposta para a Criação de um Fundo Maneio para a Acção Social, que se transcreve:-----

Considerando que:

A pobreza continua a constituir-se como uma das principais ameaças à realização dos direitos fundamentais dos cidadãos;

A estratégia nacional delineada para o período 2008-2010 visa responder a diversos campos de acentuada pobreza e exclusão social;

Existem famílias no concelho que continuam, ou começam, nesta fase a apresentar dificuldades económicas que condicionam a aquisição de bens essenciais;

E no seguimento de práticas que se tem tido conhecimento de outros concelhos, questionamos a possibilidade de atribuição de um fundo de maneio mensal para o serviço de Acção Social da Autarquia, no valor de 75€, que terá como objectivo responder a necessidades urgentes/imediatas das famílias mais carenciadas.-----

A Presidente lembrou que os técnicos da Autarquia que trabalham no terreno são constantemente confrontados com pessoas que precisam urgentemente de ajuda e que, devido à lentidão dos procedimentos, acabam por não ser ajudados na altura em que mais necessitam. Nessa medida a Presidente propôs a criação de um pequeno fundo de maneio para a Acção Social no valor de 75€ para ajuda imediata nas situações mais urgentes.-----

Deliberado por unanimidade concordar com a criação do referido fundo maneio. Dar andamento ao assunto.-----

INFORMAÇÕES:-----

A Senhora Presidente da Câmara deu conhecimento ao restante executivo, de um artigo publicado na Revista Néctar sobre uma acção que se realizou na Casa dos Patudos pela CVR com a colaboração da Câmara Municipal de Alpiarça.-----

Em seguida a Presidente informou que a Divisão Administrativa e Financeira trabalhou por iniciativa própria nas taxas a praticar para o ano 2010, dado que se tratam de propostas que carecem de aprovação em Reunião de Câmara e Assembleia Municipal, com um prazo que vai até Dezembro. No entanto, a Presidente considera que este é um assunto que caberá decidir a um novo Executivo Camarário, tanto mais que o prazo de aprovação o permite

perfeitamente. O trabalho está já muito adiantado e poderá ou não ser aproveitado pelo Executivo que for eleito.-----

Posto o que a Presidente passou para o assunto que se prende com o Contrato Local de Acção Social. A Presidente começou por fazer o ponto da situação. Recordou a deliberação que remetia o Plano de Acção para reapreciação em Núcleo Executivo, bem como o problema dos valores previstos para remuneração dos técnicos. A Presidente informou que o Núcleo Executivo reuniu com a maior celeridade e dessa reunião se lavrou uma acta que a Presidente distribuiu pelo Executivo. Justificou a demora na entrega da acta porque a mesma carecia de aprovação da maioria dos elementos que constituem o Núcleo. Não se obteve aprovação por parte da Segurança Social, que pediu mais tempo para analisar o documento, nem da Fundação José Relvas que ainda não se pronunciou sobre a mesma. No entanto, entendeu a Presidente que, estando a acta aprovada pela maioria dos presentes, ela poderia ser considerada aprovada e ser discutida em Reunião de Câmara.-----

Analisando o conteúdo da acta, a Presidente chamou a atenção para o facto de a Fundação José Relvas insistir na legalidade dos valores escolhidos para os vencimentos, tal como a Segurança Social, que considera que todo o orçamento cumpre os requisitos legais. Por sua vez, os restantes parceiros referem que não é de legalidade que se trata, mas de se procurar em conjunto a adequada afectação dos valores de salários.-----

Desta reunião de Núcleo Executivo saiu a proposta de a Fundação José Relvas e a Segurança Social estarem numa Reunião de Câmara para poderem esclarecer este assunto, já que ambas as instituições defendem em vários momentos que provavelmente os vereadores não estariam munidos dos documentos e das informações necessárias para poderem decidir.-----

Por sua vez a Presidente considera que os vereadores têm em sua posse todos os documentos necessários: o orçamento, o plano de acção e o diagnóstico.-----

Em face disso, os Vereadores, José Carlos Viegas Ferreirinha e Luís Filipe Silva Garrotes, redigiram uma carta destinada à Fundação José Relvas na qual afirmavam estarem suficientemente informados sobre todo o processo, perguntando à Fundação José Relvas se esta estaria interessada em rever o orçamento, propondo valores que podiam ser considerados aceitáveis pela Câmara atendendo às tabelas salariais da função pública.-----

Tendo recebido resposta por parte da Fundação, o Vereador Ferreirinha leu o último parágrafo da missiva que a seguir se transcreve:-----

“Senhores Vereadores, após o que acabámos de expor, é evidente que a Fundação José Relvas não está disponível para introduzir alterações não conformes com o que se encontra legalmente estipulado e que é verificado e respeitado por outros municípios, e que, podendo não corresponder a hipotéticas expectativas, segue a lei.”-----

O Vereador Mário Pereira interveio dizendo que, para além da questão dos vencimentos, na altura também se tinha manifestado sobre a fraca ambição do projecto em termos dos objectivos e de acções a implementar. Lembrou também a recomendação que na altura fez, que entendia que se devia fazer coincidir as acções no terreno com os verdadeiros fins a que o projecto se destina: o combate à desigualdade, à pobreza, etc. Também estas questões ficaram sem resposta por parte da Fundação.-----

A Presidente afirmou que essa observação do Vereador foi transcrita e lida em reunião de Núcleo Executivo. No entanto, a discussão centrou-se muito mais na questão do orçamento, até porque seria muito mais fácil adequar as acções aos objectivos havendo cabimentação orçamental para as mesmas.-----

A Presidente também considera muito mais importante focar energias no acompanhamento a famílias desestruturadas, por exemplo, em vez de se preocupar com a formação. Lembrou também que Alpiarça foi contemplada com este projecto por ter uma população envelhecida. No entanto, no plano de acção não aparece nenhuma iniciativa que vise combater os problemas de uma população idosa e solitária.-----

Atendendo a este impasse, a Presidente propôs que se deliberasse a marcação de uma reunião com a Segurança Social onde se expusesse o problema e procurasse ajuda para encontrar as soluções adequadas, ao mesmo tempo que os vereadores leriam toda a documentação que agora lhes foi facultada. Só depois então se marcaria uma reunião com todo o Executivo, a Fundação e a Segurança Social, com o objectivo de, com a maior celeridade possível, se criar condições para a implementação deste programa no nosso Concelho.-----

O Vereador Mário Pereira perguntou ainda sobre este assunto a razão de a Fundação ter três representantes nas reuniões do CLAS.-----

Ao que a Presidente explicou existir uma representatividade nominativa para cada instituição envolvida. A Fundação designou como sua representante a Directora Geral. Acontece que nesta reunião do Núcleo Executivo, para além da Directora esteve presente o Presidente do Conselho de Administração que se fez acompanhar pelo Coordenador indigitado pela Fundação para coordenar este projecto. Tendo em conta que se pretendia o cabal esclarecimento deste assunto e tratando-se de uma situação pontual, ninguém se opôs à sua participação na reunião.-----

Posto isto, a Presidente passou a apresentar mais dois assuntos, desta vez relativos à Casa dos Patudos. Assim, anunciou que a Câmara apresentou uma candidatura à Gulbenkian para um projecto que beneficiaria as entidades aprovadas com 11.500,00€ para os acervos documentais. Esta candidatura foi aprovada pela Gulbenkian para o tratamento do acervo de José Relvas, projecto que terá uma duração de 2 anos. A Presidente informou que a Autarquia foi ajudada nesta candidatura pelo Professor João Bonifácio Serra, que tem acompanhado e

coordenado o trabalho que está a ser desenvolvido no arquivo de José Relvas.-----
Informou também que a Câmara apresentou a sua candidatura junto da Comissão para as comemorações do Centenário da República, tendo redigido uma carta de apresentação onde se propunham várias acções, que a Presidente enumerou.-----
A Presidente anunciou que todas as acções previstas no documento foram verbalmente aprovadas pela Comissão e portanto todas elas poderão ser desenvolvidas em Alpiarça em 2010. Não obstante a primeira das iniciativas enumeradas, a digitalização dos documentos, poder ser iniciada já em Outubro de 2009.-----
Também esta iniciativa teve a colaboração imprescindível do Professor João Bonifácio Serra.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

Interveio a Presidente da Assembleia Municipal, Vera Noronha, na qualidade de munícipe, que se manifestou sobre o problema do Contrato Social de Acção Social. Afirmou que aquilo que lhe é dado perceber como munícipe é que não se trata de uma questão de legalidade ou não legalidade mas de uma questão de imoralidade. Entende que, do seu ponto de vista, reservar quase 80% do financiamento para salários é uma imoralidade. Por isso mesmo, declarou ser do seu agrado a unanimidade do executivo quanto a este ponto.-----

Seguidamente leu a portaria 396 de 2007, artigo 2º, que diz que "o programa CLDS tem por finalidade promover a inclusão social dos cidadãos de forma multisectorial e integrada através de acções executadas em parceria de forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos". Nessa medida, entende que, por uma questão de bom senso, ninguém se pode afastar desta finalidade. Por isso apelou ao Executivo para que não se deixasse levar por algumas tentações mais obscuras que possam existir nalguns sectores, e que não perca de vista a finalidade que está subjacente ao protocolo assinado nesta Câmara Municipal.-----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pela Senhora Presidente da Câmara, eram vinte horas, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.-----

E eu, Vera Cristina Saturnino Mateiro Garrotes, a exercer funções de Secretária no Gabinete de Apoio à Presidência, da mesma Câmara, servindo de Secretária, a redigi e assino.-----